

I GRUPO ESCOLAR EM SANTO ANDRÉ: MEMÓRIAS DA ESCOLA E DA CIDADE

Maria Helena Bittencourt Granjo¹

RESUMO: Trata-se de um trabalho ligado a um interesse mais amplo de pesquisa que leva a focar a escola em suas relações com a comunidade, no bojo do processo de urbanização que caracterizou o Estado de S. Paulo na última década do séc. XIX e primeira metade do séc. XX. Temos como objetivo perceber como as práticas de grupos humanos vindos de outras paragens e diferentes culturas interagiram com a população local tanto na construção da cidade como da escola. Inspirada na proposta de trabalho de Dea Fenelon, para o estudo da cidade, elaboramos as principais questões que pretendemos responder a respeito das relações entre a escola e a vida urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo Escolar - Santo André; escola; vida urbana; cultura; educação – história.

ABSTRACT: This is a work linked up with a larger research project that leads us to focus the school and its relations with the community, in the peak of the urbanization process that characterized the State of São Paulo in the last decade of the 19th century and the first half of the 20th century. We have as a goal to notice how the experiences of some human groups coming from different places and culture have interacted with the local population as well the city as the schools construction. Inspired by the work of Dean Fenelon, to study the city we have elaborated the main questions that we intend to answer concerning the relations between the schools and the urban life.

PALAVRAS-CHAVE: Primary school - Santo André; school; urban live; culture; education – history

Trata-se de um estudo ligado a um interesse mais amplo de pesquisa que leva a focar a escola em suas relações com a comunidade, no bojo do processo de urbanização que caracterizou o Estado de S. Paulo na última década do séc. XIX e primeira metade do século XX. Tem como objetivo perceber como as práticas de grupos humanos vindos de outras paragens e diferentes culturas interagiram com a população local tanto na construção da cidade como da escola. Com inspiração na proposta de trabalho de Déa Fenelon (1993 e 1999) para o estudo da cidade, foram elaboradas as

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santos e do Depto. de Educação do Centro Universitário Fundação Santo André. E-mail: mhbittencourt@terra.com.br

principais questões a serem enfrentadas, no que se refere às relações entre a escola e a vida urbana.

Semelhante objeto e enfoque permitem uma diversidade muito grande de pesquisas e abrem inúmeras possibilidades de investigação, algumas das quais se constituíram em temas já trabalhados com orientandos do curso de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, na PUC de São Paulo: perceber as relações da população da cidade ou do bairro com a escola; examinar as diversas imagens, símbolos e significados criados nas relações escola e cidade; perceber a utilização que escolares fazem dos espaços públicos da cidade, transportes, praças de convívio, quadras de esportes, centros de lazer; analisar projetos de construção, reformas e preservação dos espaços escolares, envolvendo o poder público e a comunidade; estudar, não apenas a escola existente, mas a ausência da escola e as conseqüências do fato para a vida da população; perceber como a população iletrada encara sua situação, que problemas percebe e que soluções aponta; compreender a relação ou a distância entre aquilo que a escola se propôs a realizar e aquilo que realizou, a partir da visão dos sujeitos e comunidades ligados a ela.

Para a percepção das relações que se buscou privilegiar, a obra de Petitat (1994), *Produção da Escola – Produção da Sociedade*, na qual o autor discute o papel da escola na socialização dentro da modernidade, confirmou a convicção de que não basta estudar a escola por meio das propostas institucionais ou das políticas públicas ou, ainda, apenas pelo seu interior, em busca da cultura escolar. É preciso tomá-la nas relações que estabeleceu, no que construiu e não apenas no que se propôs a realizar.

os grupos dominantes, que falam em nome de toda a sociedade e que identificam a sobrevivência da sociedade com a sua própria, desempenham papel fundamental na orientação das instituições escolares, na seleção de seus conteúdos simbólicos, de suas práticas e de seus públicos. A história nos ensina, contudo, que estes grupos jamais conseguem controlar completamente o processo evolutivo que foge de seu alcance, porque é conseqüência de causas muito mais gerais que as relações de dominação ou os conflitos sociais. (Petitat, 1994, p. 200).

Esse enfoque nos leva além daquilo que se encontra nas teorias e programas institucionais bem como da visão que os grupos no poder tentam passar a respeito do papel da escola e do ensino nos mais diferentes grupos de forma a por em descoberto seus reais objetivos não explícitos.

O estudo apresentado neste momento não tem a pretensão de atingir todos os objetivos mencionados, que se referem à pesquisa mais ampla. Refere-se a Santo André, sua constituição com cidade e sede de município, processo se busca contar utilizando, na maior parte dos casos, depoimentos de habitantes da região, especialmente aqueles ligados ao I Grupo escolar de Santo André. A crença de que na modernidade, cidade e escola se construíram juntas numa teia de infindáveis relações é a causa do entrelaçamento da história de Santo André com a de seu primeiro Grupo Escolar.

Melhor compreensão dos depoimentos que serão apresentados requer alguns esclarecimentos a respeito da cidade de Santo André, que surgiu da ferrovia, uma estação ferroviária deu origem à cidade. Sua criação esteve ligada ao avanço científico e tecnológico que marcou a Europa do século XIX e impactou fortemente os países da América. A cidade originou-se em uma pequena freguesia existente no lugar onde a São Paulo Railway instalou uma das estações da estrada de ferro que, inaugurada em 1867, ligava as cidades de São Paulo e Santos. O progresso resultante da facilidade de comunicação fez que o governo ali criasse a primeira escola em 1875, quando a região já contava com 2000 habitantes. De acordo com Gaiarsa (1991), foi a Fábrica Ypiranguinha a primeira a criar uma escola no ABC, com a finalidade de ensinar aos filhos de seus operários. Outras pessoas com capacidade para tanto, organizaram salas de aula onde ensinavam filhos de imigrantes e crianças da terra.

A Lei estadual 1222-A, de dezembro de 1910, criou o distrito de Santo André que, entre 1911 e 1938 fez parte do município de São Bernardo. O Decreto estadual número 9775, de 30 de novembro de 1938, mudou o nome do município para Santo André e deu a ele a configuração territorial que conservou de 1939 a 1943. Tal medida foi justificada pelo fato de Santo André, em virtude da proximidade com a estação da estrada de ferro, haver prosperado mais que a antiga sede do município e, além disso, sediar a maior parte das repartições públicas. Compunha-se, o novo município de 5 distritos subdivididos em 2 zonas: a primeira - Santo André; a segunda - São Caetano, Mauá, Paranapiacaba, Ribeirão Pires e São Bernardo.

Em 1944, o município perdeu São Bernardo que ganhou autonomia e, em 1948, perdeu, pelo mesmo motivo, São Caetano. Igualmente Mauá e Ribeirão Pires foram elevados a município em 1953. A divisão administrativa com suas múltiplas reformas não se deu sem conflitos; os interesses em jogo criaram correntes de opinião que se digladiaram e até hoje influenciam as relações nessa importante região hoje composta por sete cidades: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra. Está ligada a tais conflitos, a tradição inventada, que até hoje perdura em relação à origem da cidade de Santo André, da qual trataremos a seguir.

De acordo com Hobsbawm (1997), pode-se encontrar, na história de todos os povos, a invenção de tradições que surgem nas situações de crise, geralmente com a finalidade de inculcar valores e fortalecer comportamentos pela vinculação destes a supostas realizações de um passado glorioso. Para o autor, o estudo dessas tradições pode contribuir para o conhecimento do comportamento de grupos sociais, sobretudo no que se refere às suas relações com os demais grupos sociais, se conseguirmos perceber o que as originou e a que elas serviram ou servem.

No caso da região do ABC, a tradição inventada aparentemente ganhou força especialmente em dois momentos: na mudança do nome do município e de sua sede de São Bernardo para Santo André e posteriormente, por ocasião do desmembramento dos municípios, visto pelos opositores a estas transformações como "esfacelamento". A

permanência até os anos mais recentes de semelhante idéia é evidente no trabalho de um dos principais narradores da história da região, o médico Otaviano Gaiarsa (nascido em Santo André em 1911, filho e neto de imigrantes, chegados ao Brasil em 1885) que durante 32 anos prestou serviços profissionais à população do ABC, além de ter exercido o mandato de vereador e ocupado cargos na administração. A respeito da história da cidade o autor publicou em 1968 o livro com o sugestivo título *A Cidade Que Dormiu Três Séculos*, editado pela Prefeitura Municipal de Santo André e, em 1991, o não menos sugestivo: *Santo André – Ontem, Hoje, Amanhã*, editado pela mesma prefeitura.

Gaiarsa opõe-se com vigor aos movimentos autonomistas que visavam à criação de novos municípios. *A célula mater*, Santo André, deveria ter-se mantido unida territorialmente, ainda que sob a denominação de São Bernardo: “O destino não permitiu que São Bernardo se mantivesse íntegro como, certamente, teria desejado seu fundador, João Ramalho”. Para Gaiarsa, toda a região é herdeira da tradição da vila criada pelo Governador Martim Afonso de Souza no local em que vivia João Ramalho desde 1553, já cercado por numerosos netos e bisnetos. Em 8 de abril de 1553, teria sido levantado o pelourinho da povoação que recebeu o nome de Santo André da Borda do Campo e teve como seu primeiro alcaide o próprio João Ramalho. As afirmações do autor fundamentam-se na obra de Escragnoille Taunay, bem como em documentos da época, como o 2º Livro de Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo. Esclarece que, como se perdera o 1º livro de atas da Câmara da povoação ficou impossível determinar com precisão o ano de sua fundação. Em 1560, João Ramalho, com sua família e os índios que o acompanhavam transferiram-se para São Paulo de Piratininga, onde passaram a residir e contribuíram para assegurar a defesa da cidade.

De acordo com Gaiarsa, apesar dos esforços empreendidos, das buscas incansáveis em todo o território, não foi jamais localizada a antiga povoação de João Ramalho, destruída pelos tamoios.

Após a destruição pelos tamoios Santo André adormeceu numa longa e profunda hibernação; numa pausa merecida após criar a família bandeirante e mameluca que dobraria a linha de Tordesilhas, descobrindo minas de ouro e esmeraldas, percorrendo todas as veredas virgens do planalto. Cumprida a tarefa, tinha direito a uma trégua após uma caminhada trabalhosa, agitada, buscando os galardões colhidos pelos seus heróis no início da existência da pátria brasileira. (...) Na vigília distante de uma aurora que deveria despontar promissora, laboriosa, rica e nobilitante, Santo André do século XIX, redimindo-se de uma derrota que não poderia ser eterna. Qual Fênix ressurgida das cinzas, desperta lentamente, estendendo as asas e iniciando um vôo com os olhos voltados para o infinito. (Gaiarsa, 1991, p. 25).

A percepção de Santo André como *Terra Mater* paulista não foi provavelmente inventada pelo historiador citado: deve ser obra de um grupo da elite local que a difundiu e fê-la aceitar pela população formada de imigrantes das mais diversas origens com a finalidade de criar uma identidade comum capaz de fundamentar a luta pela unidade do

município ou outras disputas regionais. O poder municipal de Santo André oficializou esta forma de ver a história, como bem o demonstrou o patrocínio e o apoio dados às comemorações do IV Centenário da Fundação de Santo André, em 1953. O próprio governador de São Paulo (na época, Lucas Nogueira Garcez), participou das festividades. Símbolos municipais, como a Bandeira e o Brasão da cidade foram reformulados e foi composto um hino a Santo André pelo professor José do Amaral Wagner, que canta em uma de suas estrofes:

Eia pois a caminho da glória,
Santo André do herói quinhentista!
Tu serás para sempre na história
Marco Zero da história paulista.

O jornalista Ademir Médici, pesquisador da história do ABC, que trabalha na imprensa local e que coordenou pesquisa patrocinada pela Prefeitura Municipal de Santo André (a do Projeto "Viva Cidade") fez questão de declarar, em oposição a Gaiarsa, a respeito da Nova Santo André:

O centro de Santo André nada tem a ver com a sempre festejada Vila de Santo André da Borda do Campo. Aquela vila, do português João Ramalho, existiu poucos anos e chegou ao fim em 1560. Nem ficava neste trecho que é hoje o centro histórico de Santo André.

Médici faz pouca concessão à tradição inventada.

Neste 1991, Santo André pôde comemorar os 438 anos da oficialização da Vila de Santo André da Borda do Campo. Uma comemoração justa de um acontecimento – a oficialização da vila de Ramalho – hoje inserido em todas as apostilas e livros sobre a História do Brasil. Do atual Município de Santo André, no entanto, são apenas 130 anos, contados a partir do primeiro povoado de Paranapiacaba, em 1861. Esta é a verdadeira idade do atual município, cujo perfil básico passa pela conjugação trabalho-trabalhador.

O papel exercido por essa tradição inventada merece estudos mais detalhados. O maior contingente de imigrantes vindos para a região tinha origem italiana e em Santo André, dedicou-se sobretudo a atividades urbanas. Entre eles havia oleiros, sapateiros, comerciantes, proprietários de pequenas manufaturas e operários. Esses imigrantes, preponderantemente de origem napolitana, já no ano de 1900, fundaram a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Savoia*, com a finalidade de prestar ao trabalhador auxílio pecuniário e de saúde.

Até a primeira metade do século XX, chegaram também a Santo André imigrantes vindos de outras partes do mundo, portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, iugoslavos, romenos, lituanos, sírios, libaneses, e japoneses. Os portugueses, em sua maior parte, trabalharam na ferrovia e se tornaram chacareiros, os japoneses dedicaram-se à agricultura (Santo André, 1991, p. 26, 46).

Plantada nas margens do Tamanduateí, não faltaram à cidade os elementos que, segundo Munford, caracterizam os aglomerados urbanos a partir do século XIX – a fábrica, o rio e o cortiço. Da mesma forma que aponta o autor inglês a respeito das cidades industriais européias, no ABC os melhores lugares foram reservados à fábrica, à qual se subordinava totalmente a vida da população. No caso de Santo André, o local privilegiado foi aquele que ficava próximo ao Tamanduateí, então conhecido como Caaguassú, e a via férrea. Mundorf explica as razões de semelhante opção:

na indústria algodoeira, nas indústrias químicas e nas indústrias siderúrgicas, a situação perto da uma via aquática: pois grandes quantidades de água eram necessárias, no processo de produção, para abastecer as caldeiras da máquina, resfriar as superfícies quentes, preparar soluções necessárias e tintas químicas. Acima de tudo, o rio e o canal tinham uma função importante: era o mais barato e o mais conveniente local de despejo de todas as formas solúveis e semi-solúveis de detritos. A transformação dos rios em esgotos abertos foi um fato característico da indústria paleotécnica. (Munford, 1988, p. 496).

A questão da falta de moradias e formação de cortiços surgiu muito cedo no chamado Bairro da Estação. Já, no Livro de Atas da Câmara Municipal de São Bernardo, sessões de 1895 e 1896, página 8, consta o texto seguinte:

Pelo Intendente da Câmara foi levado ao conhecimento da mesma que, na Estação de São Bernardo (nome pelo qual era então conhecida a povoação de Santo André), há entre outras, diversas casas em que aglomeram-se um número superior de pessoas que comportam as referidas casas, e prevendo o manifestar-se de algumas moléstias já pela falta de circulação de ar, já pela falta de asseio que há nestas mesmas, pede à Câmara que tome providências em sentido. – Ficando encarregado o mesmo Sr. Intendente em companhia do Fiscal para dar em as necessárias providências.

Desde o fim do século XIX, o município oferecia incentivos à fixação de indústrias, fato decisivo para o desenvolvimento da região. No início foram mais importantes as indústrias têxteis, a Silva e Seabra, conhecida como Ypiranguinha (1895), a Streiff de cadeiras (1899), a Kowarik de casimiras (1901), a Tecelagem Santo André (1907), a Bela Vista (1909), a São Bernardo (1912). Em todas as fábricas era comum o trabalho infantil.

A Streiff, de acordo com o depoimento de antigos moradores, empreitava os serviços que eram realizados em casa, pelas famílias, como lixar e empalhar as cadeiras, tarefa especialmente reservada às crianças. Logo pela manhã os arredores da fábrica ficavam lotados pelos carrinhos de mão daqueles que necessitavam de trabalho. Esse fato é interessante porque muitos dos ex-alunos do Grupo Escolar, que dizem haver arrumado o primeiro emprego ao sair da escola primária, acabam revelando a ligação a alguma tarefa remunerada anterior à formatura. Ilustra a situação o caso do Sr. Lancieri. Ele já trabalha, mesmo quando ainda é aluno do I Grupo. O fato contudo só se revelou quando relatou

a divisão de seu tempo diário: estudava pela manhã, depois do almoço fazia lição, a seguir empalhava cadeiras.

Outras fábricas aos poucos foram surgindo, e o Sr. Lancieri fez questão de frisar que algumas delas foram criadas por antigos operários.

Os irmãos Tognato que trabalhavam nessa fábrica (a Baleia), aos poucos foram se desligando e montando em casa mesmo um tear, depois mais um tear, assim eles começaram com uma pequena fábrica de tecidos que foi crescendo, chegou a ser uma fábrica a do Tognato. O povo aqui vivia do trabalho de fábrica, o meio de vida era o trabalho nos teares mesmo.

As jornadas nas fábricas eram de quinze horas diárias e o salário mantinha-se baixo, em virtude da oferta de mão-de-obra, devido à contínua chegada de imigrantes. Nunca houve, entretanto, um programa de imigração para Santo André, esses trabalhadores vinham de outras regiões do estado, geralmente das fazendas de café, atraídos pela possibilidade de trabalho nas fábricas que começavam a surgir. Para exemplo, é o que conta o senhor Antonio Botazzi, um dos entrevistados.

Nossa chegada aqui foi justamente porque meu pai tinha um amigo que veio da Europa; eu sou descendente de italianos, sempre quando eles se escreviam, nós estávamos lá em Pedreira, ele dizia, venha para São Paulo, venha para Santo André, aqui a coisa é melhor que na lavou ra... Mas meu irmão e minhas irmãs (eu tenho quatro irmãs e um irmão, sou o caçula) tinham medo de não se acostumar na fábrica, então ficavam. Até que um dia decidimos, meu velho decidiu vir para cá. Fomos morar na rua Padre Anchieta, é a primeira casa à direita de quem sobe.

Os imigrantes, uma vez estabelecidos em Santo André, preocuparam-se em encontrar escolas para seus filhos. Preocupado também estava o governo, não apenas o republicano, mas também o monárquico antes dele, em formar uma nação a partir da disparidade cultural dos indivíduos e grupos que habitavam o território brasileiro. Na região do ABC foram criadas 26 escolas isoladas e da reunião de 09 delas surgiu o primeiro grupo escolar. Esta escola, conhecida até hoje como I Grupo, fornecerá os documentos que possibilitarão mostrar um pouco das relações que as crianças da época estabeleciam com a escola, ou melhor, de como alguns daqueles que estiveram ligados a essa escola no começo do século XX, recordam e avaliam a experiência.

A principal fonte para a realização do objetivo proposto, constitui-se num conjunto de quinze entrevistas com antigos alunos, professores ou funcionários do I Grupo escolar de Santo André. Os depoimentos foram colhidos por pesquisadores do Museu em Santo André, em 1990, durante uma exposição de fotografias em que foram exibidas imagens da cidade e da escola, (I Exposição- *Memória do I Grupo: o capuz transparente da memória*). Esse ano – 1990 – marca, igualmente, a instalação do museu no prédio do I Grupo, que teve suas atividades didáticas à ocasião, transferidas para outro local. Pessoas ligadas à história da escola que responderam ao convite da equipe organizadora do evento

foram acompanhadas por um pesquisador que, durante a visita, colheu seus depoimentos. Os relatos referem-se ao período compreendido entre as décadas de 1910 e 1960. Aos entrevistados não se impôs um questionário padronizado, foram convidados a falar das lembranças evocadas pelas imagens expostas e interrogados pelos pesquisadores durante uma conversa informal.

Foi levada em conta a complexidade do trabalho com fontes orais e com a memória, sempre uma releitura do passado, ainda que não haja espaço para aprofundar tal discussão no momento. Deve ser lembrado, entretanto, com Le Goff, que todo o documento é uma montagem que cabe ao historiador interpretar e à qual deve dar sentido (Le Goff, 1994, p. 547) e com Certeau que, a cidade não é apenas a organização racional em espaço próprio, mas toda a riqueza do viver das populações urbanas que se utilizam, dos espaços e dos tempos, de formas não previstas pelos projetos urbanísticos (Certeau, 1994, v.1, p. 173-174).

As entrevistas, inicialmente gravadas e posteriormente transcritas, referem-se sobretudo à primeira metade do século XX, distribuindo-se da seguinte forma: 4 delas foram dadas por pessoas que estudaram ou trabalharam no I Grupo nas décadas de 10 e 20, 6 correspondem às décadas de 30 e 40, 5 às décadas de 50 e 60. A organização por ordem cronológica fez-se necessária, para tornar possível o acompanhamento das transformações na cidade e na escola.

No primeiro grupo de entrevistas, há o depoimento de uma ex-aluna, dois ex-alunos e um funcionário, que foi porteiro do I Grupo, nasceu na região e, porque aparentado aos antigos coronéis, exerceu várias funções na cidade. A ex-aluna era italiana, chegou ao Brasil criança, em 1913, perdeu o pai dois anos depois e desde cedo cuidou dos irmãos para que a mãe pudesse trabalhar. Os ex-alunos nasceram no Brasil; eram filhos de italianos, um deles era natural de Santo André, o outro chegou à cidade com 11 anos, quando se matriculou no I Grupo.

O segundo grupo de entrevistados, que é o mais numeroso, compõe-se de duas ex-professoras e quatro ex-alunos. As duas professoras vieram de fora e se radicaram em Santo André. Uma delas formou-se em Santos, cidade praiana, naquela época considerada a mais importante do estado; a segunda, formou-se em Piracicaba, no interior do estado. Dos alunos, dois nasceram na região e dois vieram para a cidade ainda pequenos. Um desses últimos foi concebido na Hungria e nasceu no Brasil.

O terceiro lote é composto por cinco entrevistas: a de uma ex-diretora, a de um ex-diretor, a de uma ex-professora, a de uma ex-servente e a de uma ex-aluna. Os diretores e a professora vieram de fora, chegaram a Santo André para trabalhar; a servente e a aluna nasceram Santo André.

Estes documentos (as entrevistas) permitem recuperar fragmentos de uma história local, história do subúrbio, invertendo o sentido habitual da narrativa que consiste em

contar a história do centro para o subúrbio. Em São Paulo, onde a indústria foi implantada pela mistura de formas arcaicas de vida com a realidade da fábrica, semelhante procedimento faz sentido. Projetar, então o olhar do subúrbio para o centro pode tornar-se um movimento bastante fecundo. (Martins, 1992).

A aspiração pela existência de um grupo escolar na região é muito antiga. Apesar da existência de grande número de escolas isoladas no município de São Bernardo, a quantidade e a estrutura eram consideradas insuficientes pelo menos desde o início do século XX. Na ata da 4ª sessão da Câmara Municipal, do dia dez de fevereiro de mil novecentos e dois, o Sr. Alfredo Luis Flaquer faz aprovar a seguinte indicação:

Considerando que as quatro escolas públicas da Vila já contam com avultado número de alunos matriculados, pelo que as respectivas professoras não podem aceitar considerável número de crianças que se acham por esse motivo privadas do ensino público, considerando que o modo de prover-se essa palpitante necessidade deve ser a criação nesta Vila de um Grupo Escolar cujas vantagens são incontestáveis; considerando finalmente que esta Câmara possui o melhor prédio da localidade que se acha perfeitamente adaptado para este fim; que a Câmara Municipal peça ao Governo Estadual, por intermédio do Sr. Secretário do Interior, a criação de um Grupo, oferecendo para isso um prédio de sua propriedade.

A construção do primeiro grupo escolar, entretanto, somente foi iniciada em 1912 e terminou em 1914, quando houve a inauguração de sua sede na Vila de Santo André e não na de São Bernardo, como se poderia esperar, uma vez que esta última era a sede do município. Foi o I Grupo produto da reunião de nove escolas isoladas que funcionavam na região da rua Senador Flaquer. Como se tratava na época do Município de São Bernardo, que incluía Santo André, a escola recebeu o nome de *Grupo Escolar de São Bernardo*, designação que conservou até 1938, quando passou a chamar-se *I Grupo Escolar Professor José Azevedo Antunes*. A construção foi edificada em terreno doado pelo casal Secundino Rodrigues e Clara Thon Flaquer. Todas as salas dando para um espaço comum que formava agradável pátio interno. A escola funcionava pela manhã e pela tarde, contou inicialmente com 9 classes e teve como primeiro diretor o professor José Augusto Leite Franco.

Segundo o entrevistado Honório de Lima, que foi porteiro deste I Grupo Escolar, a partir de 1920, os professores vinham de trem de São Paulo e da estação ferroviária até à escola eram trazidos carros puxado por cavalos. Dois carros esperavam os professores. De vez em quando, um dos carros atolava na rua Senador Flaquer. O Sr. Honório acreditava que apesar das dificuldades, aquele tempo era melhor que o atual, porque o governo amparava mais a escola.

O Governo do Estado mandava livros, cartilhas, cadernos, lápis, material escolar, recebiam o material e guardavam-no; as professoras, quando dele precisavam, iam buscar. Davam para todos os alunos. Quando terminava a aula recolhiam-no e o guardavam num armário na sala de aula. Quando não precisavam mais do material, devolviam. Eu cuidava de todo o material.

O Sr. Antonio Lancieri, já anteriormente referido, lembra que por volta de 1917 ou 1918, tornou-se aluno do I Grupo Escolar. Na entrevista, ele reviveu com detalhes esse tempo de trabalhos, castigos e brincadeiras.

As carteiras eram duplas, dois alunos em cada carteira, o banco tinha dobradiça pra levantar e para baixar. Não havia caneta Bic, o negócio era lápis e pena. Tinha no centro da carteira um tinteiro de latão com tampinha e a servente vinha periodicamente por tinta. Pra limpar a tinta, existia um instrumento feito em casa, de pano, que se chamava limpa-pena. Eram fatias de flanela de um tamanho, de outro tamanho, menor, menor, menor. Os alunos malandros como nós pegavam umas penas já fora de uso, quebravam aquela parte lá da frente, então ficava uma haste, partiam ao meio, pegavam um papel e arremessavam assim; ficava preso no teto. Quando o professor vinha, queria saber quem é que pusera aquilo lá. Essas passagens eram engraçadas.

Os tinteiros, as penas e a dificuldade da utilização desse material são freqüentes nos depoimentos. Se algumas vezes aparecem ligados às brincadeiras, na maior parte dos casos, surgem como objeto de preocupação, medo de castigos e de possíveis reprovações. Pelos depoimentos dos ex-alunos, seu manejo eficiente era o centro do trabalho escolar.

Segundo o depoente Lancieri, não havia a exigência de uniforme e os alunos freqüentavam a escola, descalços. “Andava-se descalço, grande parte dos meninos descalços: eu me lembro de andar descalço em dia de chuva; na enxurrada a gente ia chutando a água”.

Além dos operários e das elites – donos das terras e das grandes indústrias – outras camadas sociais compunham a cidade. Aqueles que conseguiram prosperar, os que chegavam à região munidos de diploma ou de pequeno capital para abrir um negócio, iniciaram a composição de uma camada média local que não poupou esforços para distinguir-se do operariado, cada vez mais numeroso. Estes guardam da cidade uma memória diferente, ainda que não menos interessante e adequada.

Santo André é descrita pelo Dr. Mayeira como uma cidade extremamente tranqüila, em 1925, quando já contava com 20.000 habitantes.

Sol causticante que aumenta o silêncio da cidade sem ruídos. Cigarras ciciam nos arvor edos, nos quintais das residências adormecidas ao longo das ruas Cel Oliveira Lima, Fernando Prestes e Cel. Alfredo Flaquer. (...) Um carro de boi com rodas de carroça – pois as rodas maciças são proibidas de entrar na cidade – vindo do Oratório, carregado de lenha fina para o fogão, passa pela farmácia do Zeferino, entra pela rua Cel. De Oliveira Lima, segue, e para na frente da casa do Zé professor, no meio do quarteirão.

A cidade mergulhava, entretanto, em agitação incontida na época de eleições, feitas a bico-de-pena. Os votos eram contados durante a noite e completados no que fosse necessário. Poucas pessoas e jornais protestavam.

Santo André dos Franco, dos Flaquer, dos Oliveira Lima, varões de respeito, políticos aguerridos, tentando tudo para se manterem no alto, e lá chegando passavam a governar com honestidade, com relação aos dinheiros públicos. Desistiam sempre de seus subsídios a bem da comunidade. Mas que não se mexessem com as nomeações: juizes, delegados de polícia, professores primários, enfim, antes de ser feita qualquer nomeação, quer municipal, estadual ou federal para ocupar cargo na Cidade, deveria ter a aprovação do chefão cá da terra. (Mayera Jr., 1964).

Os coronéis, chefes políticos e donos das terras da cidade e das vizinhanças, formavam a elite local ligada aos demais grupos por laços de poder que incluíam parentesco, compadrio, esperança de emprego e outras tantas aspirações. De acordo com Martins, essa elite estabeleceu laços com o que de mais conservador havia na intelectualidade paulistana (Martins, 1992, p. 16).

Ainda que os anos 30 prometessem um surto de desenvolvimento à cidade, o depoimento do Sr. Joaquim Diniz Pereira, cuja família fixou-se na região em 1933, vinda de Queluz, revela:

uma cidade pequena, sem calçamento. Santo André chegava até a R. Arthur de Queiroz, o resto era tudo mato, no caminho que vai para Mauá havia plantação de pera da família Thon. (...) Na região da Av. Pedro II e cercanias não tinha nada. (...) Naquele tempo qualquer lugar de Santo André tinha um lugar pra se brincar, tinha uma turma que chamava de pelada. Aí perto do grupo mesmo, na quadra de cá, existiam umas cinco ou seis casas e um campo imenso.

Pelos trabalhadores mais antigos na região os anos 30 são lembrados como época de crise, em que as crianças eram forçadas a trabalhar desde muito cedo. O Sr. Paschoalino Assumpção, que nasceu em Paranapiacaba e passou toda sua infância em Santo André, recorda-se de que, além de estudar no I Grupo Escolar, trabalhava. Empregou-se, inicialmente, no jornal *A Folha do Povo*. Ficou desempregado em 1930 quando o jornal foi empastelado.

Em seguida fui para a Pirelli, na Vila Alzira, onde hoje é a Cooperativa da Volkswagen, trabalhei um ano como operário. Eu, com 13 anos de idade, trabalhava das sete horas da noite até as seis horas da manhã do dia seguinte. Coisas da vida, não é?

Ainda do ponto de vista dos embates político-partidários, o período marcou a memória da geração de crianças da época. Um ex-aluno do I Grupo recorda-se dos acontecimentos do início dos anos 30 e de forma muito pessoal descreve o impacto de novas forças políticas na região.

Com Getúlio Vargas, teve uma revolução, 1932, eu era menino, me lembro que meu pai escondia meu irmão. Escondiam ele em casa, não deixavam ele sair, porque diziam que os soldados andavam pelas ruas pegando tudo quanto era moço, levavam qualquer um, húngaro, italiano, o que achavam. (...) Eu não sei quem ganhou, sei que São Paulo guerreou contra não sei quem, mas não sei quem ganhou... Apareceu um negócio de fascismo, camisas verdes.

Alugaram uma tremenda casa ai no Largo da Estátua, a gente ia lá no domingo, tinha comida, tinha bebida, mas tinha de fala anauê quando chegava, e anauê quando ia embora. Eu não entendia porque era aquilo, eles te davam uma farda verde, você tinha que vestir uma farda totalmente verde. Ah! Eu ganhei uma farda, achei aquilo gostoso para jogar bola, não precisava sujar minha roupa branquinha. Um dia meu pai viu meu irmão com aquela roupa e falou:- O que é isso ai? Onde vocês arrumaram isso? Oh, devolvam essa porcaria para eles e não vão mais lá; heim? Porque isso daí é fascista, é contra o governo.

Na mesma década, com a falta de habitações que acomodassem a população urbana, cada vez maior, os grandes proprietários tomaram a iniciativa altamente lucrativa, na maior parte dos casos, de lotearem suas propriedades e possibilitarem a aquisição dos lotes mesmo pelos operários.

Proprietários como Erasmo Assumpção, Adolpho Bastos, Cincinato Relchert, Camilo Peduti, Francisco de Paula Peruche, Homero Thón, Cardoso Franco, loteando suas propriedades fizeram surgir bairros que hoje conhecemos como, Vila Assumpção, Vila Bastos, Vila Metalúrgica, Vila Camilópolis, Parque das Nações, Vila Homero Thón, e Bairro Casa Branca (Mayera Jr., 1964).

Nos jornais da época, eram publicadas propagandas dirigidas explicitamente a “operários diligentes, honestos e com visão de futuro”. Esse fato originou na camada média local preconceito em relação aos bairros. Quem morasse “do outro lado da linha” do trem era considerado socialmente inferior.

Apesar das dificuldades apontadas pelos moradores, o fim da década de 30 foi marcado pelo desenvolvimento econômico da região. Em 1938 e 1939 instalaram-se no distrito, as fábricas de pneus Firestone e Pirelli e a Cia. Ultragaz e a Cia. Rhodia ampliou suas instalações e aumentou o número de seus operários. A maior parte dessas indústrias empregaria matéria prima nacional, fato considerado importante, dada à necessidade que sentiam na época de libertar o país da matéria prima importada.

É ainda apontado como índice de progresso que, à ocasião o emplacamento das ruas; Santo André foi a primeira cidade do interior a tomar essa medida. O Sr. Honório de Lima, que foi porteiro do I Grupo Escolar, arrumou serviço na empreiteira Saladino, encarregada da numeração das casas e do nome das ruas em todo o município (São Bernardo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, São Caetano e Alto da Serra).

Eu coloquei, por ai o senhor vê, eu coloquei em todo o município, desde o Alto da Serra, São Caetano, São Bernardo, tudo, não chegou a 6000 plaquinhas. Eu tive que fazer medição dos terrenos, deixar um número cada 10 metros, tudo medido com trena, eu e mais dois empregados. Depois me reuni com o prefeito para por as plaquinhas nas ruas. Por ai o senhor vê a quantidade, não chegou a 6.000 casas. Mandei fazer as plaquinhas na rua Florêncio de Abreu.

A forma pela qual se constituíram os bairros operários na região suburbana do ABC marca, como frisa Martins, a distinção entre subúrbio e periferia.

No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terreno para moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa, jardins, muitas flores e um suave perfume suburbano. A periferia já é produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos, casas ocupando na precariedade de seus cômodos todo o espaço disponível para a construção, falta de plantas, muita sujeira e fedor. (Martins, 2001, p. 10).

Com toda razão, Martins chama atenção para a especificidade da industrialização brasileira, sobretudo nos primeiros tempos, quando o operário, o agente da nova ordem, misturou-se ao caipira e ao ex-escravo, que traziam outra história. A especulação comercial bem como a renda fundiária urbana que se constituíram em fonte de acumulação de capital devem igualmente merecer atenção.

A distribuição territorial da indústria e a mescla de formas econômicas e sociais arcaicas com o novo modo de produzir da fábrica, deram à nossa industrialização um caráter historicamente peculiar diverso do modelo clássico europeu. Nesse sentido o subúrbio é, certamente, um posto privilegiado para observação e estudo das transformações da cidade e da formação das classes sociais. (Martins, 1992, p. 9).

Durante a crise de 1932, o Sr. Miguel Benck começou seus estudos no I Grupo Escolar.

Naquele tempo pra tirar oitenta, uma média de oitenta, hoje não sei que letra é, pra passar do primeiro para o segundo com oitenta, precisava ser bom. Olhavam tudo, a roupinha, o comportamento, e pra gente escrever à tinta era meio ruim, sabe por que? Porque eles botavam tinta ali na caneca, a carteira era de dois meninos e no meio tinha um tinteiro, mas aquilo ficava muito cheio, vira e mexe a gente balançava e derramava, sujava o caderno: aí, era zero naquele dia.

Já se exigia algum tipo de uniforme para os alunos do I Grupo.

Naquele tempo não se tinha dinheiro para a roupa, a minha mãe comprava saco de farinha Lili, era um morín, um tecido fabuloso. Então ela lavava bem, tirava aquela tinta, tudo na base do sol e molhar, não era com cândida como hoje. Ela fazia o paletozinho, a camisa e a calcinha certa pra mim, pra vir à escola. Com o emblema bordado, I Grupo Escolar de Santo Bernardo, a minha roupinha era branquinha, eu vinha sempre branquinho.

Esse aluno que se diz disciplinado e esforçado lembra-se da escola como sendo, entre outras coisas, o lugar do castigo e do medo.

Do professor que a gente tinha, muito era o medo, mas medo, pavor, todo mundo tinha do diretor, do Cassiano Faria. Ele não conversava, ele só castigava, ou então expulsava, porque existia a história da expulsão. Expulsavam; castigavam, castigavam, castigavam e expulsavam.

O esforço exigido na escola tornava mais valiosa a vitória, no final do curso.

Meu boletim do Quarto Ano, que maravilha, este é o documento mais gostoso que eu tenho. Eu fui diplomado com 75 ou 80, uma nota fabulosa, porque não davam nota boa, os professores eram miseráveis com a nota, tinha que estar limpinho.

O Sr. Nelson Pagge, que também estudou no I Grupo Escolar por volta de 1936, em suas declarações confirma muito do que foi relatado nos demais depoimentos. Foi uma criança-trabalhadora. Iniciou engraxando sapatos, depois, empregou-se com o leiteiro. Estudava pela manhã e depois do almoço “pastava as vacas” perto de sua casa. Mais tarde, trabalhou com um japonês; “*carpia capim*” depois do almoço. A vida, segundo ele era difícil; só calçou o primeiro sapato com 12 ou 13 anos. Antes andava descalço a maior parte do tempo, ou de tênis. Já não era possível ir descalço a escola.

Eu não gostava de usar sapato, mas para entrar na escola ou no cinema, precisava vir bem limpo e calçado. O que eu fazia, saía de casa descalço, com o sapato embrulhado, tinha um tanque no jardim onde lavava os pés e punha o sapato.

Lembra-se de seus tempos de escola:

No quarto ano, o Professor Araújo era muito rígido, ele ensinava mesmo. Qualquer coisa que a gente fazia, que não estava como ele queria, então, sofria-se as conseqüências. Lembro perfeitamente que eu apanhei várias vezes. Quando não fazia a lição certa, fazia errado, sujava o caderno, o sujeito apanhava mesmo. Ele era muito rígido, quando uma pessoa estava distraída, sem prestar atenção, ele fazia assim: pegava pela orelha com a mão esquerda, e batia. Mandava baixar a cabeça, e batia. Enquanto não batia nesse cérebro aqui ele não desistia. E outra coisa, não podia coçar, se coçava, apanhava mais ainda. Tinha a cortina, na cortina tinha aquele cordão e embaixo tinha um pedaço de madeira. Aquela madeira assim, né, ele mandava passar embaixo. Ele estava com a mão direita girando e olhando os demais se estavam dando risada, a pessoa seria apanhada também. Às vezes ele batia e errava, passava outra vez até acertar. (...) Ouvei dizer que quando ele (Araújo) morreu ficou com o braço direito paralisado, acho que de tanto... O professor Araújo foi espetacular, em matéria de professor, o melhor que nós tivemos.

Nos depoimentos em que antigos alunos do I Grupo Escolar fazem referências a castigos físicos, é constante a aprovação dessa técnica e do professor que a utilizava. Há um não disfarçado orgulho de haver passado por momentos difíceis e de ter sido submetido a uma escola vista como de extremo rigor. Geralmente acompanham suas recordações com comentários desfavoráveis à escola e à educação contemporâneas.

A respeito das possibilidades de divertimento em Santo André, o Sr. Miguel Benck nos esclarece. Além do futebol, lazer nunca esquecido, o Club Primeiro de Maio tinha um

Jazz Band, um banjo, um violino, um acordeão, uma zabumba e um clarinete. Para dançar. havia o Club Corinthians. Além disso,

na Perimetral tinha um cinema, chamava Cine República, depois passou para Cine Santo André e havia também o Carlos Gomes, esse era o divertimento do povo. O Carlos Gomes era um Cine Teatro, era lindo. Como deixaram desmanchar aquele cinema? Ele tinha frisas em volta, feitas com madeira saliente, como um teatro, a gente subia, era assim com mesinhas. Ah! Que maravilha, eu gostava de olhar aquilo. Santo André não tem história porque deixaram desmanchar. Vinham grandes companhias teatrais, vinha Vicente Celestino! Eu comecei a varrer o Carlos Gomes. Então no Domingo eu ia à missa logo às 7 horas. Não falava para ninguém que eu ia varrer, porque eu tinha vergonha de varrer o cinema.(...) Quando eu parei de varrer o cinema acabou minha alegria, eu tinha 16 anos. (...) Para dançar, eu pegava meu sapatinho, pendurava aqui nas costas pra não estragar, e vinha a pé, lá do Parque das Nações até aqui. Quando chovia, chegava aqui com os pés cheios de barro, precisava achar uma aguinha, calçar o sapato e ir pro baile. No carnaval não havia escolas de samba, havia blocos, uns cinco ou seis blocos.

Em 1940, a cidade contava já com 12.492 prédios, número que dobrou no fim da década, momento em que a prefeitura fez importantes desapropriações. Uma delas foi a desapropriação da Chácara Bastos, que inclui grande parte do que é hoje a Praça IV Centenário, num total de 77.000 metros quadrados. Nessa época o destino de Santo André como cidade industrial já estava determinado. Ao longo da ferrovia espalhavam-se fábricas de diversos setores, a Laminação Nacional de Metais, os moinhos Fanucchi e Santista, a Firestone e a Eletrocloro. Era grande o número de mulheres empregadas nas fábricas, geralmente trabalhando por tarefas e ganhando menos que os homens.

Aparentemente não faltava emprego na época. A história contada pelo Sr. Manoel Pagge confirma essa idéia.

Bom, a primeira indústria em que eu trabalhei foi a Ypiranguinha. Eu trabalhei em 1942, na Ypiranguinha durante um ano, como carimbador de maçarocas. Depois de um ano fui trabalhar na Ligervul. Lá também fui peralta, quem arranhou emprego pra mim foi um primo do meu pai, eu trabalhava no almoxarifado. Às vezes a gente brincava, batíamos um pedaço de ferro assim, fazia um som bonito, eu gostava, se fazia um som meio chocho, estava trincado. (...) Depois eu consegui passar para a mecânica, eu era trabalhador, trabalhava mesmo. (...) Eu fazia, por exemplo, cinco máquinas de matar formiga, digamos que me davam 40 horas, eu fazia em 20 horas, ganhava 20 horas de prêmio. Trabalhei na Ligervul até os 18 anos. Eu fui para a Pirelli e trabalhei um ano e seis meses. Mas houve um facão lá, então fui mandado embora. Sai de lá e fui trabalhar no Bertoni, esse Bertoni era meu chefe na Ligervul. Trabalhei com ele mais ou menos uns seis meses. Depois eu achei que não estava muito bom porque para pagar era difícil, passava uns dias e não pagava, aí, entrei na laminação de metais. Trabalhava da meia noite e meia até as oito da manhã, todos os dias. Eu não agüentava mais, sabe, eu era jovem e gostava de baile, gostava de dar meus passeios a noite, antigamente você podia andar à vontade, você era jovem e ninguém mexia com você. Aí, meu primo arrumou-me um lugar na Tognato.

Em 1942, quando foi criada em Santo André a Cooperativa dos Trabalhadores Sindicalizados, a ditadura de Vargas já era contestada por vários setores liberais da

cidade. Esse fato favoreceu manifestações operárias na Firestone, na Rhodia, na Laminação Nacional de Metais, na Ypiranguinha e na Pirelli. Os trabalhadores juntavam-se em grupos e defendiam a democratização, a anistia dos presos políticos, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a legalização do Partido Comunista. Com a queda de Getúlio em 1947, nas eleições em Santo André foram eleitos líderes comunistas, o prefeito Armando Mazzo e 11 vereadores, vítimas de impugnação pouco antes da posse.

Ao fim da década de 40, Santo André contava com 16 grupos escolares que acolhiam um total de 8268 alunos, 18 escolas isoladas com 684 alunos, 34 escolas municipais e ainda 20 escolas particulares, o total de alunos chegava a 12395. Havia ainda escolas noturnas para os maiores de 14 anos. Por essa época a população local foi engrossada, mais pelas migrações internas, procedentes do nordeste do país, que por imigrantes estrangeiros. Abria-se um novo ciclo na história da região. É muito comum afirmação: o progresso só chegou depois de 1950. Essa afirmação está ligada ao maior número de ruas calçadas, aumento das possibilidades de encontrar emprego e melhorias no sistema de transportes. A cidade dos coronéis, da camada média conservadora e dos imigrantes tornava-se cada vez mais movimentada, pela concentração de novos tipos de emprego de capital e pelo aumento do número de operários, com seus diferentes interesses e reivindicações.

De acordo com dados do IBGE, o município de Santo André, em 1950 tinha uma área de 403 km² e uma população de 127032 habitantes. Faziam parte do município os seguintes povoados: Rio Grande, Ouro Fino, Vila Luzita, Oratório, Jardim Mauá, Santa Luzia, Capuava e Elclor. Os resultados do censo mostram “predominância de pessoas do sexo masculino; predominância de pessoas do grupo de 20 a 29 anos; alta porcentagem de pessoas da cor branca (90%); elevada quota de estrangeiros (11%)” (Santo André, IBGE, *Rio*, 1953, p.23). O grande número de jovens é explicado pela afluência de operários para a região e as altas porcentagens de pessoas da cor branca pela afluência de imigrantes, sobretudo de origem italiana. A inexistência de núcleos agrícolas anteriores, que utilizassem trabalho escravo, explicava o número reduzido de negros. As pessoas do sexo masculino, com mais de 10 anos integravam na sua maior parte o contingente de operários. “Os homens de 10 anos e mais, ativos nas indústrias de transformação representavam mais de 50% de todos os homens ativos do município”.

Existiam na cidade 122 escolas primárias nas quais estavam matriculados 23 828 alunos e cinco ginásios com 1 846 alunos. Além disso havia 2 cursos colegiais, 2 escolas normais, 3 escolas profissionais, 1 conservatório musical, cursos de língua estrangeira, artes e datilografia. Foi criada a Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André, totalmente gratuita, a única no Brasil a ter uma disciplina dedicada à Economia Industrial.

Élida Camarosano que chegou à cidade em 1951 para lecionar, assim se refere ao lugar:

Santo André era conhecida como cidade do terror, era faroeste (...) era conhecida como cidade faroeste (...) Tinha muita indústria e os trabalhadores viviam em greve, viviam fazendo arruaças, todo mundo tinha medo, quando eu vinha pra cá me falavam: – Você não tem medo de ir pra Santo André? Santo André é a cidade do Terror, das greves.

Se durante os anos 50, Santo André era tida pelos habitantes de São Paulo como cidade violenta, a maioria dos entrevistados a pinta como lugar pacato, onde as festas de rua reuniam as famílias e todo o mundo se conhecia. *Pelo menos o pessoal do centro.*

Quanto ao anos 60, Fani Koiffman relata:

Pegamos uma vida cultural boa, concertos, orquestras, havia uma orquestra de Santo André. A biblioteca funcionava bem, na época D. Nair Lacerda organizava palestras. Os órgãos públicos ofereciam recitais, orquestras, até o golpe de 64, não, acho que até mais para frente, em 68, Santo André tinha uma vida cultural boa. Depois parou. A cidade cresceu em termos materiais, mas, em termos culturais, perdeu bastante.

As grandes mudanças que, especialmente nos anos 60, sacudiram o ABC e que transformaram muitos dos espaços do subúrbio em periferia não podem ser percebidas nos relatos; neles estão presentes, porém, as saudades da Santo André de outrora e as dúvidas quanto à qualidade das mudanças. Cada entrevistado manifesta, a seu modo, a nostalgia da própria infância e mocidade, a nostalgia quanto ao seu tempo.

O período que vai desde o surgimento da cidade, em 1867, até o fim da década de quarenta, quando se encerrou um ciclo e se iniciou um novo período na vida local, marcado pela grande indústria e pelas migrações internas, não foi ainda suficientemente abordado pelos historiadores. Muito ainda deve ser dito a respeito da cidade de Santo André e sua gente nas primeiras décadas do século XX e mesmo em fins do século XIX. O papel destacado que a região do ABC representou na vida econômica e política do país, sobretudo dos anos 50 em diante, fez com que nele se concentrasse o interesse da maior parte dos estudiosos que se preocuparam em contar a história da região, de seu progresso e suas lutas. No desconhecimento ou despreocupação com o período de formação e construção das comunidades regionais, seu modo de pensar, de viver, enfim, seu universo, originaram-se os equívocos de parte da literatura que trata do ABC.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Atas das Sessões da Câmara Municipal de São Bernardo, 1895 a 1896, Fundo Câmara Municipal de São Bernardo (S1, L1), Museu da Cidade de Santo André.

Coleção de Livros com Registros de escola referentes ao final do século XIX e início do século XX, Museu da Cidade de Santo André. Santo André. Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1953.

Fontes Secundárias

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **PROJETO HISTÓRIA**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC SP, São Paulo, n.10, p. 73-90, 1993. "História e Cultura".
- _____. São Paulo: patrimônio histórico cultural e referências culturais. **PROJETO HISTÓRIA**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC- SP, São Paulo, n.18, p. 289-294, 1999. "Espaço e Cultura"
- GAIARSA, Otaviano A. **Santo André: ontem, hoje, amanhã**. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1991.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 3.ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1994.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul, SP: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
- _____. Depoimento. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n.42, p. 75-84, 2001.
- MAYEIRA JR. Curiosidades e lembranças. **News Seller**, Santo André, 8 abr. 1964.
- MUNDORF, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PETITAT, André. **Produção da escola-produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- SANTO ANDRÉ. PREFEITURA MUNICIPAL. **Santo André: cidade e imagens**. 1991.